



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

## CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 4ª REGIÃO – CRT-04 PR/SC

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

(Processo Administrativo nº 000599/2025)

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa seguradora para segurar a frota de veículos deste Conselho, que atualmente é composta de 24 (vinte e quatro) veículos, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM	CATSER	Especificações	Un.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
GRUPO 1						
1	30127	Veículo oficial, marca Renault, Modelo: Duster 1.6 MT – Intense; 5 portas Ano/modelo: 2023/2024; cor branca; capacidade para 5 passageiros; Chassis: 93YHJD205RJ660501; 93YHJD205RJ660417; 93YHJD204RJ660439; 93YHJD200RJ660535; 93YHJD206RJ600002; 93YHJD206RJ600016; 93YHJD204RJ660392; 93YHJD204RJ696844; 93YHJD204RJ696813; 93YHJD204RJ696830.	UN	10	R\$ 5.161,77	R\$ 51.617,70
2	30127	Veículo oficial, marca Renault, Modelo: Duster 1.6 MT – Intense; 5 portas Ano/modelo: 2024/2025; cor branca; capacidade para 5 passageiros; Chassis: 93YHJD203RJ866643; 93YHJD203RJ866593.	UN	2	R\$ 5.161,77	R\$ 10.323,54
3	30127	Veículo oficial, marca Citroën, Modelo C3 Feel 1.0, manual; Ano/Modelo: 2025/2025. Chassis: 935CEFCB3SB562025 935CEFCB5SB562026 935CEFCB0SB562032 935CEFCB9SB562028 935CEFCB7SB562030	UN	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

		935CEFCB9SB562031 935CEFCB2SB562033 935CEFCB4SB562034 935CEFCB6SB562035 935CEFCB0SB562029				
4	30127	Veículo oficial, marca Mercedes, Modelo: Sprinter Street 417 Furgão Extralonga 14m³; transformado em unidade móvel; Ano/modelo: 2023/2024; cor branca. Os itens presentes na customização do veículo deverão estar incluídos na apólice. Chassis: 8AC907645RE235248; 8AC907645RE235249.	UN	2	R\$ 8.667,00	R\$ 17.334,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 94.275,24 (Noventa e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)</b>						

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 32746668000179-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 29/11/2024;
- III) Id do item no PCA: 9;
- IV) Classe/Grupo: 713 - SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES (EXCETO SERVIÇO DE RESEGURO) EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA;
- V) Identificador da Futura Contratação: 927487-90058/2025.



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves. 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Adotar para execução dos serviços, as práticas ambientalmente sustentáveis, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, nos termos do guia nacional de contratações sustentáveis publicado pela Advocacia Geral da União (AGU) 3ª edição publicado em abril/2020; Lei Federal 12.305/2010, Decreto 7.746/2012, Lei 12.187/09 e demais legislações vigentes (ou que venham a existir) nas esferas municipal, estadual e federal.

4.2.2. Fornecer treinamento aos funcionários a fim de que sejam adotadas as seguintes providências, sempre que cabíveis:

4.2.2.1. - Recolher os resíduos descartados, de forma seletiva, em observância ao Decreto n° 10.936/22 e demais leis e normas existentes.

4.2.2.2. - Evitar em suas atividades dentro do órgão, o desperdício e a geração de resíduos sem reaproveitamento, tais como excesso de embalagens, entre outros.

4.2.2.3. - Otimizar o transporte de equipamentos e/ou funcionários para redução de gastos e impacto ambiental.

4.2.3. Utilizar equipamentos e/ou materiais que visem minimizar os impactos ambientais. Para os equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento, cabe à Contratada observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel — dB (A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo às saúdes física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

4.2.4. Os materiais inservíveis resultantes dos trabalhos executados são de inteira responsabilidade da contratada, esta deverá guiar-se pela legislação vigente para a correta segregação e destino ambientalmente adequado.

Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei n° 14.133, de 2021)





# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

4.3. Na presente Contratação, as indicações de marca e/ou modelo presentes na planilha orçamentária do objeto devem ser tratadas como necessárias para referência de qualidade e descrição do objeto, não sendo obrigatórias para execução do objeto, desde que o material executado seja equivalente, similar ou de melhor qualidade.

## Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. A Contratada deverá emitir as apólices de seguro no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, oferecendo cobertura contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes de riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

5.2. As apólices deverão ser enviadas por e-mail para o endereço eletrônico [filipe.daniel@crt04.org.br](mailto:filipe.daniel@crt04.org.br), [administrativo@crt04.org.br](mailto:administrativo@crt04.org.br) e [fabiana.silveira@crt04.org.br](mailto:fabiana.silveira@crt04.org.br).

5.3. Poderá ser solicitada após a assinatura do contrato, reunião entre Contratado e Contratante para alinhamento e esclarecimento de eventuais dúvidas.

### Cobertura do Seguro

5.4. Para cobertura do seguro dos veículos deverá ser considerada como região principal os estados do Paraná e Santa Catarina, entretanto deverá ter abrangência em todo território nacional.

5.5. As apólices deverão possuir as seguintes coberturas:

5.5.1. Indenização integral/parcial do veículo (dano, furto, roubo, incêndio, explosão, colisão, abalroamento, capotagem acidental, queda acidental em precipícios ou pontes, granizo, submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações), 100% do VMR (Tabela Fipe).

5.5.2. Danos materiais de terceiros, mínimo de R\$ 100.000,00;

5.5.3. Danos corporais de terceiros, mínimo de R\$ 100.000,00;

5.5.4. Morte acidental (por passageiro), mínimo de R\$ 50.000,00;

5.5.5. Invalidez Permanente (por passageiro), mínimo de R\$ 50.000,00;

5.5.6. Danos morais/estéticos (por passageiro), mínimo de: R\$ 50.000,00;

5.5.7. Cobertura para vidros e retrovisores, faróis, lanternas;



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

5.5.8. Cobertura para os itens constantes na customização do item 4. O valor a ser indenizado terá como referência o valor informado na Nota Fiscal. Os itens segurados são:

- 5.5.8.1. Estribo móvel;
- 5.5.8.2. Pega mão no lado direito da porta de acesso lateral.
- 5.5.8.3. Toldo elétrico fechado modelo gaivota (3,5mx2,5m);
- 5.5.8.4. Tomada externa bifásica (30m);
- 5.5.8.5. 04 assentos, sendo 02 bancos giratórios para os atendentes e 02 bancos fixos, tipo cadeira aproximação;
- 5.5.8.6. Mesa dupla para atendimento, em compensado naval revestido em fórmica na cor azul cobalto.
- 5.5.8.7. Banco baú com cinto de segurança e 3 (três) assentos na cor azul cobalto, em compensado naval revestido em fórmica, medindo em torno de 180cm;
- 5.5.8.8. 01 bancada traseira acoplada ao veículo para embutir frigobar, em compensado naval revestido em fórmica, na cor azul cobalto.
- 5.5.8.9. 01 impressora multifuncional com conexão wi-fi;
- 5.5.8.10. 01 frigobar branco, de 80 litros, bivolt;
- 5.5.8.11. 01 cafeteira;
- 5.5.8.12. 01 televisão smart de 32 polegadas com suporte;
- 5.5.8.13. Painel com negativo para aplicação de luz de led azul;
- 5.5.8.14. Ar-condicionado de teto tipo Domitic, 15000 BTU;
- 5.5.8.15. 04 Luminárias;
- 5.5.8.16. 01 Lixeira;
- 5.5.8.17. Tomadas;
- 5.5.8.18. Lâmpadas de led;
- 5.5.8.19. Kit multimídia e roteador para acesso à internet.

5.5.9. Assistência em Viagem, com no mínimo de 250km;

5.5.10. Assistência técnica 24 horas (socorro, guincho e transporte de passageiros), com cobertura para hipóteses de acidente (colisão, choque, abalroamento, incêndio, roubo ou furto) e pane de qualquer natureza, em todo território nacional, com cobertura mínima de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros;

5.5.11. Franquia reduzida obrigatória.

5.6. Quando houver a necessidade de se proceder à vistoria dos veículos oficiais, a contratada deverá comunicar ao Setor Administrativo, por meio do telefone (48) 3030-8378, onde serão agendadas as vistorias (interior e capital dos estados do PR e SC).



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

5.7. A empresa seguradora deverá considerar que os veículos a serem segurados são veículos oficiais e não possuem condutores fixos.

5.8. Os veículos são guardados em garagem, onde existem sedes próprias, e, em lugares onde não existem as sedes próprias, estes são guardados em garagens locadas.

5.9. Não há necessidade de carro reserva em caso de sinistro.

5.10. Será de livre escolha do CRT-04 a oficina para o reparo dos veículos sinistrados.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. A execução será acompanhada e fiscalizada pelos funcionários:

6.9.1. Olívio Florêncio Macedo – Fiscal Técnico e Administrativo;

6.9.2. Fabiana Francisca da Silveira – Gestora de Contrato.





# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

## Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## Fiscalização Administrativa

6.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## Gestor do Contrato

6.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

6.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal técnico e administrativo, após o recebimento das Apólices de Seguro, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento das Apólices oriundas do Contrato com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.2. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.1.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até





# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.5.A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.1.6.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.1.Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.2.Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.3.Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.4.Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.5.Envia a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1.o prazo de validade;

7.8.2.a data da emissão;

7.8.3.os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4.o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5.o valor a pagar; e

7.8.6.eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal





# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Global.





# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

## Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

## Critérios de aceitabilidade de preços

- 8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.3.2. Nenhum valor unitário proposto pela licitante deve estar acima do que consta na planilha orçamentária estimada, objeto desta Contratação.

## Exigências de habilitação

- 8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves. 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

## Qualificação Econômico-Financeira

- 8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - 8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
  - 8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
  - 8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

- 8.30. Cadastro ou Certidão de Registro na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- 8.31. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando o CNPJ, endereço e nome da pessoa jurídica que está emitindo o atestado e da empresa prestadora do serviço, detalhes a respeito da quantidade e tempo de execução do serviço e o grau de satisfação da pessoa jurídica que está emitindo o documento, comprovando a execução de serviços com características compatíveis com as descritas nos itens 1 e 5 deste Termo de Referência.
- 8.31.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.





# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

8.31.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.33. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 94.275,24 (Noventa e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), de acordo com planilha orçamentária anexa ao Edital.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do CRT-04.



# CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais da 4ª Região

Rua Campolino Alves, 84  
Capoeiras - Florianópolis - SC - CEP 88.085-110  
E-mail: [atendimento@crt04.org.br](mailto:atendimento@crt04.org.br) - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804  
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030  
E-mail: [atendimentopr@crt04.org.br](mailto:atendimentopr@crt04.org.br) - Fone: (41) 4106-7737  
[www.crt04.org.br](http://www.crt04.org.br)

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.007 – Seguros de Bens Móveis;

10.2.2. Centro de Custo: 01.04.01.001 – Manter as Atividades da Fiscalização.

Florianópolis/SC, 16 de junho de 2025.

Carlos Roberto Faedo  
Diretor Administrativo do CRT-04

